

TRAJETÓRIA EDUCACIONAL E FORMAÇÃO CONTINUADA: DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO ATUAL DOS IMIGRANTES AFRICANOS

Flavio João Adulai Bari

Graduação em Administração - Universidade Brasil/Sp. Licenciatura em História - UNICV/PR. Licenciando em Ciências Sociais - UNICV/PR. Especialização em Direito - Faveni/MG. Especialização em Cultura Identidade e Região - Universidade Estadual Goiás/GO. Especialização História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena - UNICV/PR. Mestrando em Sociologia - UFGD.

<http://lattes.cnpq.br/2418330981310232>

<https://orcid.org/0000-0001-5931-0001>

E-mail: bariflavio@gmail.com

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2024.V3N4>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2024.V3N4-32>

RESUMO: A questão das fronteiras, do desenvolvimento e da integração regional é de grande importância no contexto contemporâneo, principalmente em regiões que recebem fluxos migratórios significativos, como Dourados-MS. A presença de imigrantes africanos nesta cidade levanta questões fundamentais sobre como diferentes identidades sociais interagem e se manifestam na experiência educativa destes indivíduos. A trajetória educacional dos imigrantes africanos em Dourados é um reflexo das complexidades sociais e culturais que permeiam a educação contemporânea. A superação dos desafios identificados requer um esforço conjunto de instituições educacionais, políticas públicas e da comunidade todo. Ao promover a inclusão e o respeito à diversidade, será possível não apenas melhorar a experiência educacional dos imigrantes africanos, mas também contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

PALAVRAS-CHAVE: Trajetória Educacional. Formação Continuada. Imigrantes Africanos.

EDUCATIONAL PATH AND CONTINUING TRAINING: CHALLENGES AND OPPORTUNITIES FOR PUBLIC POLICIES IN THE CURRENT EDUCATION OF AFRICAN IMMIGRANTS

ABSTRACT: The issue of borders, development and regional integration is of great importance in the contemporary context, especially in regions that receive significant migratory flows, such as Dourados-MS. The presence of African immigrants in this city raises fundamental questions about how different social identities interact and manifest themselves in the educational experience of these individuals. The educational trajectory of African immigrants in Dourados is a reflection of the social and cultural complexities that permeate contemporary education. Overcoming the identified challenges requires a joint effort from educational institutions, public policies and the entire community. By promoting inclusion and respect for diversity, it will be possible not only to improve the educational experience of African immigrants, but also to contribute to the construction of a more just and equitable society.

KEYWORDS: Educational Trajectory. Continuing Training. African immigrants.

JUSTIFICATIVA/CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA

A questão das fronteiras, do desenvolvimento e da integração regional é de grande importância no contexto contemporâneo, principalmente em regiões que recebem fluxos migratórios significativos, como Dourados-MS. A presença de imigrantes africanos nesta cidade levanta questões fundamentais sobre como diferentes identidades sociais interagem e se manifestam na experiência educativa destes indivíduos.

A cidade de Dourados, localizada no estado de Mato Grosso do Sul, tem se tornado um destino significativo para imigrantes africanos, atraídos por oportunidades de trabalho e pela busca de melhores condições de vida. No entanto, a trajetória educacional desses imigrantes enfrenta diversos desafios que impactam sua integração e desenvolvimento na sociedade local.

O conceito de interseccionalidade, conforme abordado por Akotirene (2019, p. 152) é fundamental para entender como as múltiplas identidades sociais — como raça, gênero, classe e etnia — se inter-relacionam e influenciam as experiências de vida dos imigrantes africanos. Em um contexto de fronteira, onde as dinâmicas sociais e culturais são frequentemente complexas, essa abordagem permite uma análise mais rica das dificuldades enfrentadas por esses indivíduos na busca por educação e integração.

Machado (2007, p. 55-69) explora as características das cidades localizadas em fronteiras internacionais, destacando como essas áreas são moldadas por dinâmicas sociais, econômicas e políticas únicas. Dourados, como uma cidade de fronteira, apresenta desafios e oportunidades específicos para os imigrantes africanos. A compreensão dessas dinâmicas é crucial para desenvolver políticas públicas que atendam às necessidades educacionais e sociais desses grupos.

A análise da interseccionalidade, das dinâmicas das cidades de fronteira e dos desafios educacionais é fundamental para compreender a realidade dos imigrantes africanos em Dourados. A pesquisa visa não apenas identificar as dificuldades enfrentadas, mas também propor soluções que contribuam para o desenvolvimento e a integração desses indivíduos, promovendo uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

A construção de políticas públicas eficazes é essencial para garantir que todos os estudantes, independentemente de sua origem, tenham acesso a uma educação de qualidade e oportunidades de desenvolvimento.

DESAFIOS

Barreiras Linguísticas e Culturais: Muitos imigrantes chegam ao Brasil sem domínio do português, o que dificulta sua inserção no sistema educacional. A falta de programas de acolhimento e ensino da língua portuguesa impede que esses indivíduos tenham acesso pleno às oportunidades educacionais.

O Ministério da Educação (MEC), em parceria com o CELP-Brás (Centro de Línguas e Cultura Brasileira), tem desenvolvido iniciativas voltadas para apoiar imigrantes na aprendizagem da língua portuguesa. Essas ações são fundamentais para facilitar a integração social e educacional dos imigrantes no Brasil, especialmente aqueles provenientes de países africanos.

As iniciativas do MEC em parceria com o CELP-Bras são essenciais para apoiar os imigrantes na compreensão e uso da língua portuguesa. Ao promover a aprendizagem da língua, essas ações contribuem para a inclusão social e o desenvolvimento integral dos imigrantes, fortalecendo a diversidade cultural e a coesão social no Brasil.

A validade dos diplomas e qualificações obtidos no estrangeiro é um processo complexo e muitas vezes problemático. O resultado é que os imigrantes utilizam as competências e conhecimentos provenientes dos diplomas e qualificações obtidos no seu país de origem, através de faculdade de Direito e Relações Internacionais, com foco em fronteiras e direitos humanos FADIR/ESAI da UFGD.

OPORTUNIDADES

O governo brasileiro, por meio do Ministério da Educação (MEC), tem implementado políticas públicas que visam atender às necessidades educacionais dos imigrantes, especialmente aqueles oriundos de países africanos. Essas iniciativas são fundamentais não apenas para a inclusão social e a formação continuada desses

indivíduos, mas também para fortalecer as relações bilaterais entre o Brasil e o continente africano.

As políticas públicas direcionadas para a educação de imigrantes promovem um ambiente escolar inclusivo, onde as diferenças culturais são respeitadas e valorizadas. Isso é crucial para garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de sua origem.

A educação é uma ferramenta poderosa para a integração social. Ao facilitar o aprendizado da língua portuguesa e a compreensão da cultura brasileira, as políticas educacionais ajudam os imigrantes a se sentirem parte da sociedade, promovendo coesão social e reduzindo preconceitos.

A promoção de intercâmbios culturais e educacionais entre o Brasil e países africanos fortalece os laços bilaterais. Iniciativas que incentivam o compartilhamento de conhecimentos e experiências enriquecem ambas as partes, promovendo um entendimento mais profundo das diversidades culturais.

As políticas públicas do governo brasileiro, através do MEC, são fundamentais para garantir a educação de imigrantes africanos, proporcionando oportunidades de formação continuada e integração social. Essas iniciativas não apenas beneficiam os imigrantes, mas também fortalecem as relações bilaterais entre o Brasil e o continente africano, promovendo um intercâmbio cultural e educacional que enriquece ambas as partes.

O investimento na educação dos imigrantes é, portanto, um passo crucial para a construção de uma sociedade mais inclusiva e para o desenvolvimento sustentável.

OBJETO DE PESQUISA

Avaliação das políticas públicas implementadas pelo governo brasileiro e pelo Ministério da Educação (MEC) voltadas à educação de imigrantes africanos no Brasil. Nos últimos anos, o Brasil tem procurado promover a inclusão dos imigrantes, especialmente após a aprovação da Lei de Migração de 2017, também conhecida como Lei nº 13.445, foi publicada em 24 de maio de 2017.

Essa lei estabelece os princípios e diretrizes para a política migratória brasileira, substituindo o antigo Estatuto do Estrangeiro, que datava de 1980 ¹ que estabelece direitos e garantias para todos os migrantes. O MEC, por sua vez, está empenhado em criar diretrizes que promovam a inclusão educacional das populações imigrantes, incluindo os africanos.

O MEC tem promovido a EJA como uma alternativa para imigrantes que não puderam completar a educação formal em seus países de origem. O MEC implementou mecanismos para facilitar a validação de diplomas estrangeiros, embora a efetividade e agilidade desses processos ainda sejam questionadas.

A avaliação das políticas públicas voltadas para a educação de imigrantes africanos no Brasil revela um cenário de avanços e desafios. É fundamental que o governo brasileiro e o MEC continuem a trabalhar em conjunto com a sociedade civil e as comunidades imigrantes para aprimorar as iniciativas existentes e garantir uma educação inclusiva e de qualidade para todos. A promoção de direitos humanos e a valorização da diversidade cultural são essenciais para construir uma sociedade mais justa e igualitária.

PERGUNTA DE PESQUISA

Como as políticas públicas do MEC têm impactado a inclusão social e a formação continuada de imigrantes africanos no Brasil?

A avaliação das políticas públicas voltadas para a educação de imigrantes africanos no Brasil revela um cenário de avanços e desafios. É fundamental que o governo brasileiro e o MEC continuem a trabalhar em conjunto com a sociedade civil e as comunidades imigrantes para aprimorar as iniciativas existentes e garantir uma educação inclusiva e de qualidade para todos. A promoção de direitos humanos e a valorização da diversidade cultural são essenciais para construir uma sociedade mais justa e igualitária.

HIPÓTESE

Analisar as políticas públicas implementadas pelo MEC para a educação de imigrantes africanos contribuem significativamente para a sua inclusão social e formação continuada, resultando em maior integração no mercado de trabalho e fortalecimento das relações culturais entre o Brasil e os países africanos.

Essa hipótese pode ser testada por meio da análise de dados sobre a participação de imigrantes africanos em programas educacionais, taxas de emprego e relatos sobre experiências de integração social.

As políticas públicas implementadas pelo MEC para a educação de imigrantes africanos contribuem significativamente para a sua inclusão social e formação continuada, resultando em maior integração no mercado de trabalho e fortalecimento das relações culturais entre o Brasil e os países africanos. Esta hipótese é fundamentada na premissa de que a educação é uma ferramenta crucial para a inclusão social e econômica. Através da análise das políticas públicas do MEC, espera-se identificar como essas iniciativas impactam a vida dos imigrantes africanos, promovendo sua inserção no mercado de trabalho e facilitando a troca cultural entre o Brasil e seus países de origem.

OBJETIVOS

Objetivo geral:

Analisar o impacto das políticas públicas do Ministério da Educação (MEC) na educação de imigrantes africanos no Brasil, visando compreender como essas iniciativas contribuí para a inclusão social, a formação continuada e a integração cultural desses indivíduos na sociedade brasileira.

Objetivo específico:

✓ Identificar as políticas públicas do MEC que foram implementadas especificamente para a educação de imigrantes africanos, analisando seus objetivos e diretrizes.

✓ Avaliar a eficácia dessas políticas em promover a inclusão social e a formação continuada dos imigrantes africanos, por meio de indicadores como taxa de matrícula, conclusão de cursos e inserção no mercado de trabalho.

✓ Investigar as barreiras enfrentadas pelos imigrantes africanos no acesso à educação, incluindo questões linguísticas, validação de diplomas e dificuldades socioeconômicas.

✓ Analisar o papel dos educadores na implementação dessas políticas, identificando suas necessidades de capacitação para lidar com a diversidade cultural e as especificidades dos imigrantes. Propor recomendações para o aprimoramento das políticas educacionais, visando uma maior efetividade na inclusão e no acolhimento dos imigrantes africanos no Brasil.

REFERENCIAL TEÓRICO

O livro de Akotirene (2019, p. 152), aborda o conceito de interseccionalidade, que é fundamental para entender como diferentes identidades sociais, como raça, gênero, classe e etnia, se inter-relacionam e afetam a experiência de indivíduos e grupos. No contexto das políticas públicas para a educação de imigrantes africanos, essa perspectiva é crucial para analisar as barreiras que esses indivíduos enfrentam e como suas múltiplas identidades influenciam seu acesso e participação no sistema educacional brasileiro.

Neste trabalho Machado (2007, p. 55-69), explora os conceitos e a tipologia das cidades localizadas em fronteiras internacionais, destacando como essas áreas são influenciadas por dinâmicas sociais, econômicas e políticas específicas. O autor analisa a complexidade das interações que ocorrem nessas cidades, que muitas vezes servem como pontos de encontro entre diferentes culturas, economias e sistemas políticos.

Neste livro, Prado (2019, p. 302), analisa a cooperação descentralizada e sua relação com as políticas para a fronteira no Brasil. Os capítulos 4 e 5 são especialmente relevantes, pois discutem como a descentralização pode facilitar a implementação de

políticas públicas mais eficazes e adaptadas às realidades locais, incluindo a gestão de questões relacionadas à migração e à inclusão social.

De acordo com Quijano (2005, p. 117), discute a noção de colonialidade do poder, que se refere à persistência de estruturas de dominação colonial que continuam a influenciar as relações sociais, políticas e econômicas na América Latina, mesmo após a independência formal dos países. O autor critica o eurocentrismo, argumentando que ele molda o conhecimento e as ciências sociais, marginalizando saberes e culturas não ocidentais. A análise de Quijano pode contribuir para a discussão sobre como diferentes identidades (étnicas, culturais e sociais) interagem e afetam a inclusão dos imigrantes africanos no Brasil, permitindo uma compreensão mais profunda das barreiras que enfrentam.

Neste artigo, Souza (2019, p. 13), explora as dinâmicas de coordenação, uniformidade e autonomia na formulação de políticas públicas, analisando experiências tanto no contexto internacional quanto no nacional. A autora discute como a estrutura federativa pode influenciar a implementação de políticas, destacando a importância de equilibrar a autonomia dos entes federativos com a necessidade de uniformidade nas ações governamentais. A análise de Souza pode ser utilizada para entender como a autonomia dos estados e municípios podem ser aproveitados para desenvolver políticas educacionais que atendam às necessidades específicas dos imigrantes africanos, respeitando as particularidades locais.

Neste artigo, Scherma (2016, p. 32-55) analisa as políticas brasileiras voltadas para a faixa de fronteira, destacando a importância da cooperação e do desenvolvimento regional. O autor discute como essas políticas visam não apenas a segurança e a soberania, mas também o fortalecimento das relações com países vizinhos e a promoção do desenvolvimento socioeconômico nas regiões fronteiriças. O artigo pode servir como referência para discutir a relevância da integração de políticas sociais e educacionais que promovam a inclusão de imigrantes africanos, contribuindo para um desenvolvimento mais equitativo e sustentável.

O segundo autor, Sikkink (2018, p. 25), explora a legitimidade e eficácia dos direitos humanos, apresentando argumentos para um futuro onde estes direitos sejam

mais amplamente respeitados e aplicados. O autor discute as conquistas e os desafios enfrentados no campo dos direitos humanos, enfatizando a importância da mobilização social, da participação e da responsabilização governamental. A ênfase na mobilização social pode inspirar iniciativas para envolver a comunidade na proteção dos direitos educativos dos imigrantes, promovendo um ambiente mais acolhedor e inclusivo.

No livro *A (re) invenção dos direitos humanos*, (Herrera, 2009, p. 26) discute a evolução e a transformação dos direitos humanos ao longo da história, abordando como esses direitos foram moldados por contextos sociais, políticos e culturais. O autor propõe uma reflexão crítica sobre a universalidade dos direitos humanos e a necessidade de adaptá-los às realidades locais, enfatizando a importância de uma abordagem inclusiva e plural. A obra pode ser utilizada para entender como os direitos humanos se aplicam à situação dos imigrantes africanos no Brasil, destacando a necessidade de adaptar as políticas públicas às especificidades culturais e sociais desses grupos.

No livro *Uma ecologia decolonial*, (Ferdinand, 2022, p. 320) propõe uma reflexão sobre as intersecções entre ecologia e colonialidade, a partir de uma perspectiva caribenha. O autor argumenta que as crises ambientais e sociais estão profundamente enraizadas em legados coloniais e que é fundamental repensar as abordagens ecológicas para incluir vozes e saberes marginalizados. Ferdinand defende uma ecologia que não apenas reconheça, mas também valorize as experiências e conhecimentos das populações afrodescendentes e indígenas. A abordagem decolonial contribui para a discussão sobre a inclusão de imigrantes africanos, enfatizando que as políticas educacionais devem considerar as múltiplas identidades e experiências que esses indivíduos trazem, promovendo uma educação mais plural e diversificada.

A obra *Perspectivas migratorias* organizada por Durand e Jorge Schiavon (2010, p. 561) reúne uma série de estudos que abordam a migração sob diversas perspectivas disciplinares, incluindo sociologia, economia, antropologia e ciência política. Os autores discutem as dinâmicas migratórias contemporâneas, os fatores que impulsionam a migração e as implicações sociais e econômicas para os países de origem e destino. O livro enfatiza a complexidade dos fenômenos migratórios, destacando a necessidade de uma abordagem multidimensional para entender as experiências dos migrantes. A

perspectiva interdisciplinar apresentada na obra é fundamental para compreender as diversas dimensões que envolvem a migração de africanos para o Brasil, permitindo uma análise mais rica e contextualizada das suas experiências.

(...) Aplicada à educação, esse raciocínio demonstra que os grupos sociais, a partir dos sucessos e fracassos no sistema escolar vividos por seus membros, constituem uma estimativa de suas chances objetivas no universo escolar e passam a adequar, inconsistentemente, seus investimentos a essas chances. Concretamente, isso significa que os membros de cada grupo social tenderão a investir uma parcela maior ou menor dos seus esforços – medidos em termos de tempo, dedicação e recursos financeiros – na carreira escolar dos seus filhos. A natureza e a intensidade dos investimentos escolares variariam, ainda, em função do grau em que a reprodução social de cada grupo (manutenção da posição estrutural atual ou a tendência à ascensão social) depende do sucesso escolar dos seus membros. Assim, as elites econômicas, por exemplo, não precisam investir tão pesadamente na escolarização dos seus filhos quanto certas frações das classes médias que devem sua posição social, quase que exclusivamente, a certificação escolar. Bourdieu observa também que, o grau de investimento na carreira escolar está relacionado a retorno provável, intuitivamente estimado, que se pode obter com o título escolar, não apenas no mercado de trabalho, mas, também, nos diferentes mercados simbólicos, como o matrimonial, por exemplo. Esse retorno, ou seja, o valor do título escolar nos diversos mercados varia, basicamente, em função de sua maior ou menor oferta. Quanto mais fácil o acesso a um título escolar maior a tendência a sua desvalorização (Nogueira, 2002, p.134-142).

Na parte 10 da obra Povos indígenas em Mato Grosso do Sul, Chamorro e Combès (2015, p. 745-814) discutem as políticas indigenistas e suas implicações para as comunidades indígenas na região. O texto analisa a história e as transformações sociais que esses povos enfrentam, enfatizando a importância de reconhecer suas culturas e direitos. As autoras abordam as políticas públicas voltadas para os indígenas, destacando tanto os avanços quanto os desafios que persistem na implementação dessas políticas. A valorização da história e da cultura dos povos indígenas é um ponto importante que pode ser utilizado para argumentar a favor de uma educação inclusiva, que também reconheça e valorize as culturas africanas e a contribuição dos imigrantes para a sociedade brasileira.

O Decreto nº 12.038 estabelece a Política Nacional de Fronteiras (PNFron), que visa integrar e coordenar ações governamentais nas regiões de fronteira do Brasil. A PNFron busca promover a segurança, o desenvolvimento social e econômico, e a

proteção dos direitos humanos, especialmente em áreas que enfrentam desafios relacionados à migração e ao tráfico de pessoas. O Comitê Nacional criado pelo decreto é responsável por articular as políticas públicas necessárias para programar essa política, considerando a complexidade das questões fronteiriças. A criação do Comitê Nacional destaca a importância da articulação entre diferentes esferas do governo e da sociedade civil, o que pode servir de modelo para a implementação de ações que visem a inclusão educacional e social de imigrantes africanos no Brasil (Diário Oficial da União, 2024).

A obra *Migrações fronteiriças*, coordenada por (Baeninger, 2018, p. 6-7) e outros autores, aborda as dinâmicas migratórias nas regiões de fronteira do Brasil, analisando os fatores que impulsionam a migração e as consequências sociais, econômicas e culturais para os migrantes e as comunidades. O livro discute as políticas públicas relacionadas à migração, os desafios enfrentados pelos imigrantes e as estratégias de adaptação e resistência das populações fronteiriças. A análise das migrações fronteiriças oferece um contexto importante para entender os padrões migratórios de imigrantes africanos no Brasil, permitindo identificar semelhanças e diferenças nas experiências de migração. A obra destaca os impactos que a migração tem nas comunidades, o que é relevante para entender como a chegada de imigrantes africanos pode enriquecer a diversidade cultural e social no Brasil, além de trazer desafios que precisam ser abordados.

METODOLOGIA

O objetivo dessa pesquisa é compreender Trajetória Educacional e Formação Continuada: Desafios e Oportunidades para políticas públicas na Educação Atual dos Imigrantes Africanos em Dourados–MS, ou seja, a história de vida destes imigrantes oriundos dos países africanos, esta pesquisa contará com os O método qualitativo é o principal enfoque da pesquisa, permitindo uma compreensão profunda das experiências, desafios e percepções dos imigrantes africanos em relação à educação no Brasil.

A escolha deste método se justifica pela complexidade das questões sociais e culturais envolvidas, que são adequadamente capturadas por métodos quantitativos. Objetivos específicos: identificar as políticas públicas do MEC que foram

implementadas especificamente para a educação de imigrantes africanos, analisando seus objetivos e diretrizes. Avaliar a eficácia dessas políticas em promover a inclusão social e a formação continuada dos imigrantes africanos, por meio de indicadores como taxa de matrícula, conclusão de cursos e inserção no mercado de trabalho. Investigar as barreiras enfrentadas pelos imigrantes africanos no acesso à educação, incluindo questões linguísticas, validação de diplomas e dificuldades socioeconômicas. Analisar o papel dos educadores na implementação dessas políticas, identificando suas necessidades de capacitação para lidar com a diversidade cultural e as especificidades dos imigrantes.

A pesquisa incluirá a análise de documentos oficiais, como políticas públicas, relatórios de organizações da sociedade civil e estudos acadêmicos. Essa análise ajudará a contextualizar as experiências dos imigrantes em um quadro mais amplo de políticas e práticas educacionais no Brasil. A escolha desses métodos está alinhada com os objetivos específicos da pesquisa, garantindo que as vozes dos participantes sejam ouvidas e que suas experiências sejam refletidas nas conclusões e recomendações da pesquisa. Essa abordagem contribuirá para a formulação de políticas públicas mais eficazes e inclusivas, promovendo uma sociedade mais plural e equitativa; a pesquisa valerá do uso da observação participante para compreender como se dá essa interação entre os próprios imigrantes africanos, através de suas festas e as práticas esportivas e, também, suas interações com os brasileiros; por outro lado, para fundamentar as nossas teorias serão usadas as pesquisas bibliográficas, inclusive as literaturas sobre as teorias da migração internacional.

A pesquisa será orientada por teorias como Fronteiras, Desenvolvimento e Integração Regional que tratam da educação, da identidade e da inclusão. Autores como Ngũgĩ wa Thiong'a (2004, p. 115-128), contribuição é um crítico da colonização cultural e defende a importância da educação na formação da identidade africana. Em suas obras, ele discute a necessidade de uma educação que valorize as línguas e culturas africanas, o que pode ser fundamental para entender como a formação continuada pode ser adaptada para atender às necessidades dos imigrantes africanos. Achille Mbembe, (2015, p. 1-2, 26-37) contribuição, oferece uma análise crítica das questões contemporâneas da África, incluindo a educação. Ele discute como a modernidade e a

globalização afetam as identidades africanas e a educação. Suas reflexões podem ajudar a entender as oportunidades e desafios que os imigrantes africanos enfrentam em um ambiente educacional como o de Dourados.

Molefi Kete Asante (2015, p. 571-591) contribuição, é um proeminente defensor da educação afro centrista. Ele argumenta que a educação deve ser contextualizada nas experiências e culturas africanas. Sua perspectiva pode ser útil para desenvolver currículos que atendam às necessidades dos imigrantes africanos, promovendo uma formação que respeite e valorize suas identidades culturais. Frantz Fanon contribuição, embora seja mais conhecido por suas análises sobre colonialismo e identidade, suas reflexões sobre a educação e a descolonização podem ser aplicadas ao contexto dos imigrantes africanos.

Ele enfatiza a importância da educação na formação da identidade e na luta contra a opressão, o que é relevante para entender os desafios enfrentados por esses estudantes. E procurar contemplar os elementos da história da migração africana. Para compreender esta forma de cooperação educacional entre o Brasil e os países africanos via Programa de Estudantes-Convênio de Graduação e Pós-Graduação; PEC-G, PEC-GG, GCUB-Mob realizaremos a pesquisa documental.

RESULTA E DISCUSSÃO

Os resultados indicam que, apesar dos desafios significativos enfrentados pelos imigrantes africanos em Dourados, existem oportunidades que podem ser exploradas para melhorar sua trajetória educacional e formação continuada.

A análise da trajetória educacional e da formação continuada dos imigrantes africanos em Dourados-MS revela uma série de desafios e oportunidades que impactam diretamente a eficácia das políticas públicas voltadas para a educação. Muitos imigrantes africanos enfrentam dificuldades com o idioma português, o que limita sua capacidade de se integrar ao sistema educacional. A falta de cursos de idiomas adequados e acessíveis é uma barreira significativa.

Relatos de discriminação racial e étnica nas escolas e na sociedade em geral afetam a autoestima e a motivação dos estudantes africanos, dificultando sua adaptação e sucesso acadêmico.

A escassez de recursos educacionais, como materiais didáticos e apoio psicológico, impacta negativamente a experiência educacional. Muitas instituições não estão preparadas para atender às necessidades específicas de imigrantes.

Algumas iniciativas locais têm promovido a inclusão de imigrantes africanos, oferecendo programas de apoio educacional e cultural. Essas iniciativas têm mostrado resultados positivos na integração dos estudantes.

A diversidade cultural trazida pelos imigrantes africanos enriquece o ambiente escolar, promovendo o intercâmbio cultural e a sensibilização para questões de diversidade e inclusão.

A formação de redes de apoio entre imigrantes e a comunidade local tem sido uma estratégia eficaz para compartilhar experiências e recursos, promovendo um senso de pertencimento.

É evidente que as políticas públicas precisam ser adaptadas para atender às necessidades específicas dos imigrantes africanos. Isso inclui: A implementação de cursos de português voltados para imigrantes, com foco em contextos acadêmicos e cotidianos, pode facilitar a integração e melhorar o desempenho escolar.

Formar professores e educadores para lidar com a diversidade cultural e as especificidades dos alunos imigrantes é crucial. Isso pode incluir treinamentos sobre sensibilização cultural e estratégias pedagógicas inclusivas.

Para que a experiência educacional dos imigrantes africanos seja positiva, é fundamental promover um ambiente escolar inclusivo. Isso pode ser alcançado por meio de ações que promovam a diversidade e combatam o preconceito nas escolas, são essenciais para criar um ambiente acolhedor e seguro para todos os estudantes.

Incentivar a realização de eventos culturais que celebrem a diversidade pode ajudar a construir pontes entre diferentes grupos e promover uma maior compreensão mútua.

As redes de apoio formadas por imigrantes e a comunidade local podem ser um recurso valioso na superação de desafios. A promoção de parcerias entre escolas, ONGs e instituições governamentais pode fortalecer esses laços e oferecer suporte adicional aos estudantes.

A trajetória educacional e a formação continuada dos imigrantes africanos em Dourados são marcadas por desafios significativos, mas também por oportunidades que podem ser aproveitadas para promover a inclusão e o desenvolvimento.

A implementação de políticas públicas adaptadas, a promoção de um ambiente escolar acolhedor e o fortalecimento de redes de apoio são fundamentais para garantir que esses estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade e a oportunidades de crescimento pessoal e profissional.

A pesquisa destaca a importância de um olhar atento e sensível às especificidades de cada grupo, visando construir uma sociedade mais justa e inclusiva. Os resultados obtidos destacam a complexidade da trajetória educacional dos imigrantes africanos em Dourados, revelando a necessidade urgente de políticas públicas mais inclusivas e adaptadas às suas realidades.

CONCLUSÕES FINAIS

A investigação sobre a trajetória educacional e a formação continuada dos imigrantes africanos em Dourados–MS revela uma realidade complexa, marcada por desafios significativos, mas também por oportunidades promissoras. A partir dos resultados obtidos, podemos destacar as seguintes conclusões:

Os imigrantes africanos enfrentam barreiras linguísticas, preconceitos e a falta de recursos educacionais adequados. Esses fatores comprometem sua capacidade de integração e sucesso acadêmico, evidenciando a necessidade de uma abordagem mais sensível e específica por parte das instituições educacionais.

A promoção de cursos de língua portuguesa voltados para imigrantes é crucial. A fluência na língua do país é um fator determinante para a integração social e

acadêmica, permitindo que os estudantes se sintam mais à vontade e confiantes em seu ambiente escolar.

A criação de um ambiente escolar inclusivo e acolhedor é fundamental para o bem-estar dos estudantes. Campanhas de conscientização sobre diversidade e atividades culturais que celebrem a riqueza das diferentes identidades podem ajudar a combater a discriminação e promover um clima escolar positivo.

O fortalecimento de redes de apoio entre imigrantes e a comunidade local é essencial. Essas redes não apenas oferecem suporte emocional e prático, mas também promovem um senso de pertencimento e identidade, fundamentais para a adaptação dos imigrantes.

Há uma necessidade urgente de políticas públicas que considerem as especificidades dos imigrantes africanos. Isso inclui a capacitação de educadores, a implementação de programas de apoio e a criação de um sistema educacional que valorize a diversidade cultural.

A diversidade trazida pelos imigrantes africanos enriquece a experiência educacional para todos os estudantes. É fundamental que as escolas reconheçam e valorizem essa diversidade, promovendo um ambiente de aprendizado que beneficie toda a comunidade escolar.

A trajetória educacional dos imigrantes africanos em Dourados é um reflexo das complexidades sociais e culturais que permeiam a educação contemporânea. A superação dos desafios identificados requer um esforço conjunto de instituições educacionais, políticas públicas e da comunidade todo. Ao promover a inclusão e o respeito à diversidade, será possível não apenas melhorar a experiência educacional dos imigrantes africanos, mas também contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

REFERÊNCIAS

Asante Molefi Kete. **African Pyramids of Knowledge**. *Journal of Black Studies*, 46(6), p. 571-591, 2015.

BARI, F.J.A. Trajetória educacional e formação continuada: desafios e oportunidades para políticas públicas na educação atual dos imigrantes africanos. **Revista Eletrônica Amplamente**, Natal/RN, v. 3, n. 4, p. 495-512, out./dez., 2024.



Akotirene, Caroline. **Interseccionalidad**". São Paulo, SP: Pólen, 2019. 152 p. (Feminismos plurais). ISBN 9788598349695. Disponível em: <https://sophia.ufgd.edu.br/terminal/>.

BRASIL, **Presidência da República**. O Decreto nº 12.038, de 29 de maio de 2024, instituiu a Política Nacional de Fronteiras (PNFron) e o seu Comitê Nacional. Brasília. Diário Oficial da União, 2024. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/tipo=DEC&numero=12038&ano=2024&a-to=969ATQ61ENZpWTeb6>.

Chamorro, Gustavo; Combès, Isabelle. **Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais**. Parte 10. Política indigenista. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015. p. 745-814. Disponível em: https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/EDITORIA/catalogo/povos_indigenas_em_mato_grosso_do_sul.pdf.

Ferdinand, Malcom. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. São Paulo: Ubu, p. 320, 2022. Disponível em: <https://www.ubueditora.com.br/ecologia-decolonial.html>.

Herrera José Antonio. **(re) invenção dos direitos humanos**. Tradução Carlos Roberto Diogo Garcia, Antonio Henrique Graciano Suxberger e Jefferson Aparecido Dias. Florianópolis: Fundação Boiteux, p. 26, 2009. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5133708/mod_resource/content/1/Joaquin%20Herrera%20Flores%20-%20A%20reinven%C3%A7%C3%A3o%20dos%20direitos%20humanos.pdf.

Jorge Durand e Juan Schiavon (Orgs.). **Perspectivas migratorias: un análisis interdisciplinario de la migración**. Cide, p. 561, 2010.

Machado Luiz Otávio. **Cidades na fronteira internacional: conceitos e tipologia**. In: Anais da II Conferência Internacional Desenvolvimento Urbano em Cidades de Fronteira. 2007 Foz do Iguaçu. Anais da II Conferência Internacional Desenvolvimento Urbano em Cidades de Fronteira. Curitiba: IAB-Paraná, 2007. p. 55-69.

Mbembe, Achille. **Decolonizing Knowledge and the Question of the Archive**. Codesria Bulletin, p. 1-2, 26-37, 2015.

Ngũgĩ wa Thiong'o. **Europa, África e a Questão Linguística**. Revista de Letras, 44(1), p. 115-128, 2004.

Nogueira Cláudia Maria e Maria Aparecida Esteves de Maria. Sociologia da educação de Pierre Bourdieu: **"limites e contradições"**. Educação & sociedade, ano XXIII, nº 78, v10, n1, p.134-142, 10.15600/2238-121X/comunicacoes, Abril/2002.

Prado, Henrique Sartori de Almeida. **A cooperação descentralizada e a política para a fronteira no Brasil**. 1. ed. Curitiba: Ithala, 2019. V. 1. 302p, em especial os capítulos 4 e 5. (<https://ufgd.academia.edu/HenriqueSartorideAlmeidaPrado/Books>).

Quijano, Aníbal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. In: Edgardo Lander (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de

Ciencias Sociales, p. 117, 2005. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur/20100624103322/12_Quijano.pdf.

Sikkink, Kathryn. **Razones para la esperanza: la legitimidad y efectividad de los derechos humanos de cara al futuro**. Siglo XXI Editores Argentina, p. 25, 2018. Disponível em: https://scholar.harvard.edu/files/ksikkink/files/razones_para_la_esperanza_version_pdf_para_web.pdf.

Souza, Carlos. **Coordenação, uniformidade e autonomia na formulação de políticas públicas: experiências federativas no cenário internacional e nacional**. Cad. Saúde Pública, n. (Suppl 2) 17 Jun p. 13, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2019000803002.

Scherma, Marcelo Andrade. **Rumo à cooperação e ao desenvolvimento: as políticas brasileiras para a faixa de fronteira**. Carta Internacional (USP), v. 11, p. 32-55, 2016. Disponível em: <https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/493>.

Submissão: junho de 2024. Aceite: julho de 2024. Publicação: dezembro de 2024.